

Químicos lutam por aumento real nos salários, no piso e na PLR

Enquanto esperam a primeira rodada de negociações, que deve acontecer em outubro, os trabalhadores químicos esquentam as mobilizações nas principais fábricas do setor. Mais de 180 mil trabalhadores do Estado de São Paulo estão juntos nesta campanha, coordenada pela Fetquim, lutando por aumento real.

EDITORIAL



Matheus Stechowski/SXC

Espionagem americana abala relações entre Brasil e EUA

MOVIMENTO SINDICAL



Dino Santos

Químicos voltam a Brasília contra o PL 4.330

GÊNERO



Eduardo Oliveira

Mulheres debatem educação e direitos

Fotos baixadas: Eduardo Oliveira e Dino Santos





EDITORIAL

Espionagem americana abala relações entre Brasil e EUA

A presidenta Dilma Rousseff cancelou a viagem oficial que faria aos EUA, em 23 de outubro, após ser avisada por Barack Obama de que não haveria tempo hábil para a apuração da espionagem contra ela e a Petrobras feita pela Agência de Segurança Nacional.

Em nota oficial, Dilma classificou a questão como “fato grave”, “atentatório à soberania nacional” e “incompatível” com a convivência democrática entre países amigos. O texto diz ainda que a decisão foi tomada em conjunto com o governo americano.

A Casa Branca também divulgou nota em que o presidente americano diz entender e lamentar as preocupações geradas pelas atividades de inteligência americana no Brasil.

Diplomacias à parte, o fato é que a espionagem é muito grave, não pode ser

tratada com naturalidade, e é preciso apurar que tipo de dano ela pode trazer aos interesses brasileiros.

Sem explicações, Dilma defende soberania do país e cancela visita aos EUA

Vale lembrar que o presidente dos EUA deve esclarecimentos não só ao Brasil, mas igualmente ao México e à França, países aliados e também bisbilhotados. Porém, até agora Obama não conseguiu dar uma explicação convincente sobre o assunto.

Os EUA têm errado muito em sua política externa. A atitude do governo americano de espionar autoridades e empresas brasileiras é inaceitável e

ainda deve render muitos desgastes, tanto para o governo americano quanto para empresas americanas que atuam em setores estratégicos.

A vítima mais evidente é a Boeing, que esperava avançar nas negociações de venda de 36 jatos para a Força Aérea Brasileira durante a visita oficial de Dilma. Há ainda os leilões do pré-sal, previstos para outubro, e com a Petrobras alvo da espionagem o embargo é grande.

Portanto, com as relações de confiança completamente abaladas, não haveria clima político para a realização da viagem. A decisão de Dilma demonstra a sua seriedade na defesa da soberania do país e em não aceitar a violação de privacidade não só do governo, mas de todos os brasileiros.

Diretoria Colegiada

Trabalhadores da Akzo aprovam PPR



Eduardo Oliveira



Dino Santos



Dino Santos

O PPR (Programa de Participação nos Resultados) aprovado pelos trabalhadores da Akzo garante reajuste de 18,6% no valor a ser pago, caso as metas sejam atingidas. O acordo foi aprovado pelos trabalhadores em assembleias realizadas no dia 13 de setembro, nas cinco unidades da empresa – São Paulo, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e Recife.

As metas, seus indicadores e pesos foram negociados por representantes das comissões de trabalhadores e diretores do Sindicato dos Químicos de São Paulo e do ABC, que utilizaram dados

econômicos e de incentivos que o governo têm dado às indústrias para pautar as discussões.

De acordo com o diretor do Sindicato e coordenador da Rede de Trabalhadores da Akzo, Ronaldo Rodrigues, as informações, aliadas à organização e união dos trabalhadores, fizeram a diferença na negociação. “O acordo foi positivo e nosso desafio é levá-lo para os trabalhadores de outras unidades do Brasil”, concluiu Ronaldo.

Sorteio de vagas nas colônias para os próximos feriados

Haverá sorteio de vagas para hospedagem nas colônias de férias do Sindicato para o feriado da Proclamação da República (15 de novembro), no próximo dia 6 de outubro (domingo), às 10 horas.

Para o Natal e o Ano-Novo, as vagas serão sorteadas no

dia 24 de novembro (domingo), também às 10 horas.

O sorteio será realizado na sede do Sindicato (Rua Tamandará, 348 – Liberdade). Para participar é necessário apresentar a carteirinha de sócio (ou o último holerite que comprove o pagamento) e um documento

com foto. Se o sócio não puder comparecer no dia, ele pode ser representado por outra pessoa que deve apresentar os documentos do associado.

O portão será fechado às 10 horas para o início do sorteio e o horário será rigorosamente respeitado.



Sindiluta

é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Plásticas, Farmacêuticas, Cosméticas e Similares de São Paulo, Taboão da Serra, Embu, Embu-Guaçu e Caieiras

SEDE CENTRAL – Rua Tamandará, 348 – 01525-000 – Liberdade – São Paulo – Tel.: 3209.3811

SUBSEDES

Santo Amaro – Rua Ada Negri, 127 – Tel.: 5641.2228

Lapa – Rua Domingos Rodrigues, 420 – Tel.: 3836.6228

São Miguel – Rua Arlindo Colaço, 32 – Tel.: 2297.7374

Taboão da Serra – Estr. Kizaemon Takeuti, 1.751 – Tel.: 4137.9237

Caieiras – Rua São Benedito, 105 – Tel.: 4605.4297

DIRETORIA COLEGIADA – GESTÃO 2012/2015 – Adir Gomes Teixeira, Alessandra Cruz, Alex Ricardo Fonseca, Antenor Eiji Nakamura (Kazu), Aparecida Pedro (Cida), Benedito Alves de Souza (Benê), Carlos Brito (Carioca), Carlos Gomes Batista (Carlinhos), Célia Passos, Deusdete J. das Virgens (Dedê), Edilson Santos, Edilson de Paula Oliveira, Edson Passoni, Edson Azevedo, Elaine Alves Blefari, Elizabete Maria da Silva (Bete), Erasmo Carlos Isabel (Tucão), Francisco Chagas, Geralcino Teixeira, Geraldo Guimarães, Hélio Rodrigues de Andrade, Hélios Alaste Benicio, Jaqueline Souza da Silva, João Carlos de Rosis, José Alves Neto, José Francisco de Andrade (Chiquinho), José Isaac Gomes, Leônidas Sampaio Ribeiro, Lourival Batista Pereira, Lucineide Varjão Soares (Lu), Luiz Carlos Gomes (Xiita), Luiz P. de Oliveira (Luizão), Lutembergue Nunes Ferreguete, Maria Aparecida Araújo do Carmo (Cidinha), Martisalem Covas Pontes (Matu), Milton Pereira de Hungria, Nilson Mendes da Silva, Osvaldo da Silva Bezerra (Pipoka), Renato Carvalho Zulato, Ronaldo Rodrigues de Lima, Rosana Sousa de Deus, Rosemeire Gomes de Brito (Rose), Sebastião Carlos P. dos Santos (Branco).

Jornalista responsável: Soraia Nigro de Lima (MTB 20.149) – Redação: Juliana Leuenroth – Diagramação e ilustrações: Paulo Monteiro de Araujo – Impressão: Cândido Oliveira Gráfica Ltda. – Tiragem: 50.000



Com a pauta entregue, Químicos reforçam mobilizações nas fábricas

Primeira rodada de negociação deve ser agendada para outubro; até lá, a orientação é mobilizar para garantir conquistas

Neste ano a negociação dos Químicos envolve apenas as cláusulas econômicas, mas isso não quer dizer que a Campanha Salarial será mais fácil. Ao contrário, as cláusulas econômicas são sempre as mais complicadas.

Outras categorias que negociam no segundo semestre, como bancários e metalúrgicos, têm encontrado muita dificuldade para arrancar aumento real dos patrões e inclusive já deflagraram greve (veja matéria completa abaixo).

Como parte do processo de mobilização, nas próximas duas semanas o Sindicato estará nas principais fábricas do ramo químico, fazendo assembleias e chamando os trabalhadores para a luta por aumento

real. “A união de todos neste momento é muito importante. Precisamos estar preparados para deflagrar a greve e alcançar nossos objetivos”, diz Osvaldo Bezerra, o Pipoka, coordenador-geral do Sindicato.

O sindicalista lembra que o ramo químico continua lucrando alto. Em 2012 o setor químico cresceu 12% em comparação a 2011. A indústria de transformados plásticos aumentou seu faturamento em 4,5% no ano passado e realizou no primeiro semestre deste ano investimentos no valor de R\$ 733 milhões, uma expansão de 40% em relação ao primeiro semestre de 2011. O setor de cosméticos cresceu em 2012, 16%. “A choroadeira dos patrões é sempre

Conheça a pauta completa

- Piso salarial de R\$ 1.550,00 (mesmo índice de reajuste aplicado para o salário mínimo entre 2002 e 2013).
- Aumento salarial de 13%.
- PLR de R\$ 2.860,00.
- Jornada de trabalho de 40 horas semanais, com sábados e domingos livres.
- Licença-maternidade de 180 dias.
- Cesta básica gratuita.

a mesma na hora de negociar salários e independe da performance positiva que a indústria vem apresentando nos últimos anos”, avalia Nilson Mendes da Silva, secretário de Administração e Finanças da Fetquim e diretor do Sindicato.

Essa negociação é conjunta com os sete sindicatos do ramo que fazem parte da Fetquim – São Paulo, ABC, Campinas, Osasco, Vinhedo, Jundiaí e região e São José dos Campos e região – e beneficia 180 mil trabalhadores.

Bancários e metalúrgicos entram em greve

Com as negociações emperradas, os metalúrgicos pararam no dia 18.

A categoria negocia por grupos, mas as propostas apresentadas pela bancada patronal, até o momento, são muito parecidas e concedem apenas a reposição da inflação e um índice de aumento real que varia de 0,41% a 1,5%, mas só a partir de janeiro de 2014.

Em situação muito parecida estão os bancários, que rejeitaram a proposta de 6,1% de reajuste e entraram em greve no dia 19.

Além de negar aumento real nos salários, pisos, PLR e todas as verbas salariais, a proposta dos bancos ignora todas as reivindicações dos bancários sobre emprego, saúde, condições de trabalho, segurança e igualdade de oportunidades.

Na avaliação de Carlos Cordeiro, presidente da Contra-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT), a proposta é uma provocação. “Um setor em que somente as seis maiores empresas tiveram lucro líquido de R\$ 29,6 bilhões no primeiro semestre e que mantém a mais alta rentabilidade do planeta, graças ao aumento da produtividade

de seus trabalhadores, acenar com uma proposta desse tipo é para empurrar os bancários para a greve”, disse.

Segundo o dirigente, apesar do lucro recorde, os bancos continuam fechando postos de trabalho e piorando as condições dos trabalhadores, com aumento de metas abusivas e do assédio moral, provocando uma verdadeira epidemia de adoecimentos na categoria.

Trabalhadores garantem multa do FGTS

A multa de 10% sobre o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), paga pelas empresas ao governo em caso de demissão sem justa causa, foi mantida. O Congresso Nacional resolveu acatar o veto da presidenta Dilma Rousseff ao PL nº 200/2012.

No ato da demissão, as empresas pagam 40% de multa ao trabalhador e recolhem 10% ao governo. Essa multa tem como objetivo proteger o trabalhador de demissões imotivadas, e o valor arrecadado é investido em habitação e saneamento.

Com a continuidade da multa, o Executivo garante uma arrecadação de quase R\$ 3,5 bilhões anuais. Inclusive, o governo já enviou ao Congresso, no dia 17 de setembro, a proposta de um projeto alternativo, destinando os recursos exclusivamente para o Programa Minha Casa, Minha Vida. Pelo novo texto, o trabalhador demitido sem justa causa que não for beneficiado pelo programa habitacional vai receber o dinheiro quando se aposentar. O objetivo é bancar a construção de mais de 2 milhões de moradias populares em 2014.

No início de setembro, a CUT e demais centrais sindicais manifestaram, oficialmente, apoio ao veto presidencial ao PL que pretendia extinguir a multa. O documento oficial da CUT afirmava: “consideramos que os recursos do FGTS vêm cumprindo, além das finalidades específicas de proteção ao trabalhador, a função social e econômica maior de apoiar e financiar políticas públicas fundamentais, como as de habitação e saneamento, além de hoje contribuir com os investimentos em infraestrutura”.



TOME NOTA

Emprego em alta no setor

Uma pesquisa do Dieese mostra que o setor químico ampliou a oferta de empregos na base do Sindicato em 2013, com abertura de 470 novos postos de trabalho. No ano passado foram abertas 248 vagas. O setor de transformados plásticos também apresenta crescimento de vagas. Em 2013 foram geradas 57 vagas e em 2012, 53.

Encontro anual de cipeiros

O Sindicato realiza no próximo domingo, dia 29, o encontro anual de cipeiros, que visa informar e formar os trabalhadores que exercem esse importante papel nas fábricas.

Luto no PT

O companheiro Luiz Gushiken morreu no último dia 13, vítima de câncer. Gushiken foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, um dos fundadores do PT e ex-ministro do governo do presidente Lula.

Sem endereço

O grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo corre o risco de ficar sem sua sede. O sobrado, cedido por Dom Paulo Evaristo Arns, em 1987, que fica na Rua Frei Caneca, deve virar um estacionamento. Parte do imóvel já foi até demolida, e o grupo luta para ficar no endereço que abriga reuniões de vários movimentos sociais e um importante acervo sobre os mortos, torturados e desaparecidos políticos durante a ditadura.

CPI Tucana

Faltam apenas cinco assinaturas para que o PT consiga a instalação de uma CPI para investigar a suspeita de cartel no sistema de transporte sobre trilhos do Estado de São Paulo.

Sigilo ameaçado

A presidenta da Petrobrás, Graça Foster, disse que até o momento não há evidências de que informações da empresa foram acessadas pela espionagem norte-americana. Mas admitiu que essa possibilidade cria um sério desconforto.

SEUS DIREITOS

PLR e abono em setembro

As empresas do setor farmacêutico que optaram por pagar a PLR e o abono em uma única parcela devem fazer o pagamento no mês de setembro. As que optaram por pagar em duas vezes já depositaram a primeira parcela em julho. Confira seu holerite e, caso a empresa não pague, denuncie ao Sindicato pelo tel. 3209-3811.

MOVIMENTO SINDICAL

Químicos voltam a Brasília contra o PL 4.330

Juristas também são contra a regulamentação da terceirização; debate foi positivo para os trabalhadores e não há data agendada para a votação

Fotos: Wilton Andrade

Uma comitiva de trabalhadores químicos voltou a fazer vigília em Brasília, na última semana, engrossando as manifestações da CUT, para inviabilizar a votação do PL 4.330, que regulamenta a terceirização e precariza as relações de trabalho.

O esquema de segurança era grande e muitos trabalhadores tiveram dificuldade para entrar na Câmara dos Deputados, no dia 18 de setembro, para acompanhar as discussões da Comissão Geral, espécie de audiência pública que reuniu representantes das centrais sindicais, empresários e parlamentares para discutir o PL.

O presidente da CUT, Wagner Freitas, criticou o aparato de segurança e a dificuldade para os manifestantes entrarem no Congresso. “Se essa é a Casa do Povo, deveria ser permitido aos trabalhadores lotar essas galerias.”

Freitas também rebateu o argumento dos empresários de que a terceirização é uma realidade que precisa ser legalizada para proteger os terceirizados. “A segurança jurídica que desejam é para precarizar salários e condições de trabalho. É mentiroso dizer que a terceirização é para contratar mão de obra especializada. Se esse PL passar, o trabalhador será demitido e, depois, contratado indiretamente para trabalhar mais e ganhar menos”, analisou.

Juristas da área trabalhista também são contra o PL. O ministro do TST, Maurício Delgado, lembrou que 19 dos 26 ministros do tribunal, todos os presidentes de TRT (Tribunais Regionais do Trabalho) e a Anamatra (Associação Nacional dos Juizes do Trabalho) divulgaram um manifesto contra o projeto de lei. “Esse projeto generaliza e regulamenta a terceirização.



Não há um único exemplo de terceirização benéfica em relação à saúde nos casos que julgamos diariamente”, afirmou.

A Comissão Geral foi encerrada sem a divulgação de uma nova data para a votação do PL. Na avaliação da CUT, o debate foi positivo, mas a mobilização precisa ser mantida até que o projeto seja engavetado de vez.



Comitiva do Sindicato durante o protesto em Brasília. O diretor, Renato Zulato, tenta driblar os policiais para acompanhar a audiência na Câmara

JUVENTUDE

Violência é tema do encontro anual de jovens

Fotos: Eduardo Oliveira



O Coletivo da Juventude do Sindicato escolheu o tema “violência” para os debates deste ano. O assunto foi amplamente debatido nas plenárias regionais e na plenária final, que aconteceu nos dias 14 e 15 de setembro, no Instituto Cajamar. “Discutimos a violência em suas diversas formas, um assunto que preocupa a todos, e a participação da categoria foi muito rica. Os jovens demonstraram total interesse no assunto”, avalia Maria Aparecida Araújo do Carmo, a Cidinha, diretora do Sindicato.



Rosana de Deus e Alex Fonseca durante o encontro com a juventude química

Na opinião de Alex Ricardo Fonseca, diretor do Sindicato, neste ano o coletivo da juventude inovou no formato do encontro, preferindo, em vez de convidar palestrantes de fora, inserir o tema a partir das discussões dos próprios jovens. “Discutimos de forma rica e abrangente a violência

em suas diversas formas, nas fábricas e nas ruas, contra a criança, a juventude, a mulher e o idoso. Foi gratificante e muito positivo porque a pauta das discussões partiu dos trabalhadores”, avaliou. O encontro também definiu as bases de trabalho do Coletivo da Juventude para 2014.

GÊNERO

Mulheres debatem educação e direitos

As mulheres da categoria vêm se reunindo desde o mês de julho para discutir educação e direitos em vários encontros regionais. O último encontro regional está agendado para o dia 29 de setembro, na subsede Santo Amaro (Rua Ada Negri, 127).

Os encontros regionais são preparatórios para o encontro anual, que acontece no dia 26 de outubro, em Bragança Paulista. Só as mulheres que participaram das atividades regionais poderão fazer parte do encontro geral.

O PL nº 478/2007, que estabelece o Estatuto do Nascimento, tem sido um dos assuntos abordado nesses encontros. De acordo com esse estatuto, que está tramitando no Congresso, a mulher vítima de estupro não terá o direito de abortar e receberá uma pen-

são, que deve ser paga pelo estupro. “Se o estupro vai pagar pensão, ele deve ser reconhecido em cartório como pai e isso dará a ele os direitos de paternidade. Como assim? Não dá para colocar um criminoso dentro da vida da mulher”, avalia a coordenadora da Secretaria da Mulher Trabalhadora, Jaqueline Souza da Silva. Na opinião da dirigente, o estatuto não leva em conta os direitos da mulher, perpetua o estupro e estabelece uma bolsa-auxílio em troca do aborto.

Além do Estatuto do Nascimento, as mulheres têm discutido a participação dos pais na gestão das escolas públicas, a falta de creches públicas nos bairros para atender as mulheres trabalhadoras e a licença-maternidade de 180 dias, que também é pauta da Campanha Salarial deste ano.

